

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
SECRETARIA DO TRIBUNAL**

**PORTARIA Nº 218, DE 29 DE MARÇO DE 2020**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno e no inciso II do art. 1º da Portaria TSE nº 920, de 11.10.2018, resolve:

Designar RITA DE CÁSSIA SMANIOTTO LANDIM, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Programação de Sistemas, para exercer a função comissionada de Assistente V, Nível FC-5, da Secretaria de Gestão de Pessoas, da Secretaria do Tribunal.

ANDERSON VIDAL CORRÊA

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PORTARIA Nº 113, DE 30 DE MARÇO DE 2020**

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990 e no art. 21-A do Regimento Interno, bem como o que consta no Processo STJ n. 8.487/2020, resolve:

Art. 1º Convocar o Juiz de Direito Rafael Espindola Berndt, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para atuar como juiz instrutor no Gabinete do Ministro Jorge Mussi, pelo período de seis meses, prorrogável por igual período, a contar de 1º de abril de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

**PORTARIA Nº 112, DE 30 DE MARÇO DE 2020**

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, no art. 21-A do Regimento Interno e na Portaria STJ/GP n. 327 de 24 de setembro de 2019, bem como o que consta no Processo STJ n. 31.926/2015, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de seis meses, a partir de 26 de março de 2020, a convocação do Juiz Federal Marcos Mairton da Silva, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para continuar atuando como juiz instrutor no Gabinete do Ministro Raul Araújo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

**SECRETARIA**

**PORTARIA Nº 207, DE 5 DE MARÇO DE 2020**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 16.2, XI, b, do Manual de Organização e no disposto nos arts. 9º, II, e 35, I, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Efetuar as seguintes alterações no Gabinete do Ministro Herman Benjamin:

I - Exonerar FLÁVIA DE SOUSA COSTA, matrícula S042832, do cargo em comissão de Assessor A, código CJ-2;

II - Dispensar JULIO CESAR PIRES SIMÕES, matrícula S064895, da função de confiança de Assistente IV, código FC-4;

III - Nomear JULIO CESAR PIRES SIMÕES, matrícula S064895, para o cargo em comissão de Assessor A, código CJ-2, na vaga decorrente da exoneração de Flávia de Sousa Costa;

IV - Designar FLÁVIA DE SOUSA COSTA, matrícula S042832, para a função de confiança de Assistente IV, código FC-4, na vaga decorrente da dispensa de Julio Cesar Pires Simões.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GUIMARÃES MARQUES

**PORTARIA Nº 260, DE 26 DE MARÇO DE 2020**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 16.2, XI, b, do Manual de Organização e no disposto no art. 9º, II, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Nomear SILVIO FERREIRA, matrícula S033310, para o cargo em comissão de Coordenador de Administração e Finanças, código CJ-2, da Secretaria Executiva, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, na vaga decorrente da exoneração de Alexandre Sales de Oliveira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GUIMARÃES MARQUES

**PORTARIA Nº 261, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 16.2, XI, b, do Manual de Organização, resolve:

Art. 1º Designar ALÉCIA DE ALMEIDA PAIVA, matrícula S048210, para a função de confiança de Assistente II, código FC-2, do Gabinete do Ministro Sérgio Kukina, na vaga decorrente da dispensa de Caroline Moreira Paiva Ayres.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÚCIO GUIMARÃES MARQUES

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

**ATO Nº 147, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 2342/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante do Processo Administrativo TST nº 503.732/2016-7, resolve:

Excluir, com efeitos financeiros a contar de 18/3/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria do servidor JOSÉ ROBERTO TERRA DE BARROS, código 3933, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 586, de 5/12/2016, publicado no DOU de 6/12/2016.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**ATO Nº 148, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 2369/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante do Processo Administrativo TST nº 501.573/2017-2, resolve:

Excluir, com efeitos financeiros a contar de 18/3/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria da servidora ROSANE DE SOUZA REIS, código 8107, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 374, de 20/7/2017, publicado no DOU de 4/8/2017.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**ATO Nº 149, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no Acórdão nº 2341/2020, da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União; e considerando o constante do Processo Administrativo TST nº 500.811/2016-0, resolve:

Excluir, com efeitos financeiros a contar de 18/3/2020, o art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, do fundamento legal da aposentadoria da servidora JANE PAULINO DE SOUZA, código 1527, concedida mediante o ATO CIF.SEGPES.GDGSET.GP Nº 619, de 16/12/2016, publicado no DOU de 20/12/2016.

Min. MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

**CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

**ATO Nº 61, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso das atribuições regimentais, resolve:

Designar o servidor GABRIEL MICUSSI LIMA BATISTA, código 62353, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de assistente 3, nível FC-3, da Tabela de Funções Comissionadas da Secretaria-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em vaga decorrente da dispensa do servidor Helvídio Moreira Reis Sobrinho.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI  
Ministra Presidente

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**ATO Nº 9.864.525, DE 5 DE MARÇO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0000364-50.2020.4.01.8004, resolve:

Conceder Aposentadoria à servidora CLÉRIA DIAS SAMPAIO, Analista Judiciária, Área Administrativa, Nível Superior, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Estado da Bahia, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, assegurada pelo art. 3º c/c o seu § 1º, da EC 103/2019, com a vantagem prevista nos artigos 14 e 15, inciso III, da Lei n. 11.416/2006.

Des. CARLOS MOREIRA ALVES

**ATO Nº 9.941.354, DE 17 DE MARÇO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0000739-36.2020.4.01.8009, resolve:

Conceder Aposentadoria à servidora MARISA DOS ANJOS FERNANDES, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, com fundamento no art. 4º, inciso I a V, § 6º, inciso I, da Emenda Constitucional 103/2019, com proventos integrais, calculados pela remuneração do cargo efetivo, com a vantagem prevista no art. 14 e 15, inciso III, da Lei n. 11.416/2006.

DES. CARLOS MOREIRA ALVES

**PORTARIA Nº 10.012.996, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do PAe 0002728-80.2020.4.01.8008, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria Presi 9774941, de 14/02/2020, publicada no DOU2 de 17/02/2020, que autorizava o afastamento do País do Juiz Federal Substituto MICHAEL PROCOPIO RIBEIRO ALVES AVELAR, lotado na Vara Única da Subseção Judiciária de Ituiutaba/MG.

Desembargador Federal CARLOS MOREIRA ALVES

**ATO Nº 10.016.575, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido pela Corte Especial Administrativa no Processo 0002449-55.2019.4.01.8000, em sessão virtual realizada no período de 19 a 23/03/2020, resolve:

Convocar o Juiz Federal ILAN PRESSER para, com prejuízo na 1ª Relatoria da 1ª Turma Recursal do Pará e do Amapá, substituir o Desembargador Federal SOUZA PRUDENTE na 5ª Turma e 3ª Seção, no período de 15/04 a 14/05/2020, por motivo de férias.

Desembargador Federal CARLOS MOREIRA ALVES

**PORTARIA Nº 10.018.319, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do PAe 0002129-44.2020.4.01.8008, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria Presi 9775030, de 14/02/2020, publicada no DOU2 de 17/02/2020, que autorizava o afastamento do País do Juiz Federal Substituto VINICIUS COBUCCI SAMPAIO, lotado na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG.

Desembargador Federal CARLOS MOREIRA ALVES

**ATO Nº 10.021.085, DE 27 DE MARÇO DE 2020**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido pela Corte Especial Administrativa no PAe 0001948-67.2020.4.01.8000, em sessão realizada no dia 12/03/2020, bem como na manifestação da Corregedoria Regional 9967501, resolve:

Designar A Juíza Federal MARIA CÂNDIDA CARVALHO MONTEIRO DE ALMEIDA para, com prejuízo da jurisdição na 1ª Relatoria da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Piauí, e a fim de viabilizar sua frequência em curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, prestar auxílio na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, por 02 anos a partir de 17/04/2020, enquanto o titular da unidade estiver afastado e perdurar o auxílio da magistrada à referida Seção Judiciária.

Desembargador Federal CARLOS MOREIRA ALVES

